



# CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

## Estado de São Paulo

### ATA DA DÉCIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA

Presidida pelo Vereador Benedito José do Couto;  
Secretariada pelo Vereador Luís Roberto Tavares.

Aos vinte dias do mês de maio do ano dois mil e treze realizou-se na Sala das Sessões "Vereador Santo Róttoli", da Câmara Municipal de Mogi Mirim, presidida pelo Vereador Benedito José do Couto e Secretariada pelo Vereador Luís Roberto Tavares, a Décima Quinta Sessão Ordinária do Primeiro Ano da Décima Sexta Legislatura da Câmara Municipal de Mogi Mirim, previamente programada e devidamente convocada nos termos da relação da matéria, datada de 17 de maio de 2013. Às 18h30, feita a primeira chamada nominal dos Senhores Vereadores pela 1ª Secretária, nos termos do disposto no art. 109 da Resolução nº 276, de 9.11.2010 (Regimento Interno vigente) e constatando-se haver número legal para o início dos trabalhos, conforme dispõe o art. 106 da já citada Resolução, eis que se encontravam presentes os Senhores Vereadores: Benedito José do Couto (1), Professor Cinoê Duzo (2), Daniel Gasparini dos Santos (3), Daniela Dalben Mota (4), Dayane Amaro Costa (5), João Antônio Pires Gonçalves (6), Engenheiro Agrônomo Jorge Setoguchi (7), Laércio Rocha Pires (8), Leonardo David Zaniboni (9), Luís Roberto Tavares (10), Professor Luiz Antônio Guarnieri (11), Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira (12), Professor Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino (13), Professora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti (14), Professora Maria Helena Scudeler de Barros (15), Osvaldo Aparecido Quaglio (16) e Waldemar Marcurio Filho (17), conforme, aliás, se vê das respectivas assinaturas apostas à Folha de Registro de Comparecimentos e Faltas dos Senhores Vereadores às Sessões da Câmara, anexa ao final da presente Ata, o Senhor Presidente deu por iniciados os trabalhos da presente Sessão. Posto isto, conforme o disposto no art. 106, parágrafo único, da citada Resolução, convidou a Vereadora Dayane Amaro Costa para que procedesse a leitura de um salmo da Bíblia. Cumprida dita providência, dando por iniciada a parte reservada ao "**EXPEDIENTE**", o Senhor Presidente submeteu



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

à apreciação do plenário a ata da Décima Quarta Sessão Ordinária, realizada em 13 de maio último, a qual, depois de achada conforme e aprovada, foi devidamente assinada pelos Vereadores Benedito José do Couto e Luís Roberto Tavares, respectivamente, Presidente e 1º Secretário. Na sequência deu ciência à Casa, através de leitura, da seguinte matéria: 1. Projeto de Lei nº 44, de 2013, acompanhado de Mensagem nº 28 e Ofício nº 28, ambos datados de 13.5.13, “dispondo sobre abertura de crédito suplementar especial no valor de R\$ 10.0000,00”; (ao exame das Comissões de Justiça e Redação e de Finanças e Orçamento). 2. Projeto de Lei nº 45, de 2013, acompanhado de Mensagem nº 29 e Ofício nº 29, ambos datados de 14.5.13, “dispondo sobre alteração de dispositivos da Lei nº 5.261, de 4.4.12, que celebra convênio com o Centro Comunitário Badi”; (ao exame das Comissões de Justiça e Redação, de Educação, Saúde e Assistência Social e de Finanças e Orçamento). 3. Projeto de Lei nº 46, do Vereador Luís Roberto Tavares, “alterando a redação da Lei nº 3.654/02, sobre o Programa de prevenção, controle e orientação da Hepatite C”; (ao exame das Comissões de Justiça e Redação, Educação, Saúde e Assistência Social e de Finanças e Orçamento). 4. Projeto de Lei nº 47, do Vereador Luís Roberto Tavares, “constituindo no calendário oficial do Município a Semana de Prevenção e Combate a Hepatites Virais”; (ao exame das Comissões de Justiça e Redação, Educação, Saúde e Assistência Social e de Finanças e Orçamento). 5. Projeto de Lei nº 48, do Vereador Luís Roberto Tavares, “dando o nome de Luiz Antônio Balzanello à rua 12 do Residencial Floresta”; (ao exame das Comissões de Justiça e Redação e de Denominação de Vias e Logradouros Públicos). 6. Projeto de Lei nº 49, do Vereador Luís Roberto Tavares, “dando o nome de Ricieli Ceregatti à rua 14 do Residencial Floresta”; (ao exame das Comissões de Justiça e Redação e de Denominação de Vias e Logradouros Públicos). 7. Projeto de Lei nº 50, do Vereador Luís Roberto Tavares, “dando o nome de Belmiro Finazzi à rua 18 do Residencial Floresta”; (ao exame das Comissões de Justiça e Redação e de Denominação de Vias e Logradouros Públicos). Ato contínuo, o Senhor Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores o seguinte **REQUERIMENTO**, hoje endereçado à Mesa (aprovado pela Casa): nºs 363, da Vereadora Assistente



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira, solicitando “cópia do processo licitatório relativo á construção de cancha de bocha e rampa de acesso ao lado do Nias – Núcleo de Integração de Ação Social;”; nº 365, da Vereadora Daniela Dalben Mota, solicitando “informações a respeito das condições de transportes de pacientes para Divinolândia”; nº 368, do Vereador Waldemar Marcurio Filho, solicitando “construção de aterro sanitário com abrangência regional”; nº 370, 375, do Vereador Luís Roberto Tavares, solicitando “providências para eliminar água parada sob a ponte da Rodovia Nagib Chaib; que o Saae resolva o problema de vazamento de esgotos na Avenida Vereador Antônio Carlos de Oliveira, Parque do Estado II”; nº 371, do Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio, solicitando “informações do Sindicato de Servidores Públicos sobre cestas básicas para pensionistas”; nºs 372, 373 e 374, do Vereador Professor Cinoê Duzo, solicitando “limpeza completa do Lago Lavapés; construção de campo de futebol society defronte o Bar e Restaurante Cia Mogiana; seja garantido o percentual de 33,33% de reajuste salarial para os servidores públicos, pelo dissídio de maio/2013”; nº 376, do Vereador Laércio Rocha Pires, solicitando “o envio e projeto de lei que institui o projeto “Bailando na Praça”; nº 377, da Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros, solicitando “informações sobre os procedimentos da ODS – Consultoria, Assessoria e Gestão Empresarial junto à Secretaria de Saúde do Município”. OBSERVAÇÃO: o Requerimento nº 364, de autoria da Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira. Versando sobre “pedido de cópia do contrato entre o Município com a Construrban, relativo à coleta de lixo e cópia do contrato entre o Município com a Construrban, relativo à coleta de lixo”, foi pedido para discutir pelo Vereador Laércio Rocha Pires. Em seguida, foi aprovada a seguinte **MOÇÃO**: nº 43 e 46, do Vereador Professor Cinoê Duzo, “de congratulações e aplausos com a Diretoria, jogadores, funcionários e torcedores da Sociedade Esportiva Itapireense, pela conquista do acesso à Série A-2 do Campeonato Paulista; de congratulações e aplausos com o organizador da Festa Della Mamma, Sebastião Zoli Júnior”; nº 39, da Vereadora Daniela Dalben Mota, de “congratulações e aplausos com os assistentes sociais pelo dia 15.5.12, pelo seu dia”; nº 44, do



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Vereador Luís Roberto Tavares, “de pesar pelo falecimento da Senhora Tereza Pedroni, ocorrido no último 10 de maio”; nº 45, do Vereador Luís Roberto Tavares, “de congratulações e aplausos com a Direção da Fatec “Arthur de Azevedo” pelo evento “Fatec de Portas Abertas”. Ato contínuo, foram dadas como lidas e encaminhadas ao Prefeito Municipal as seguintes **INDICAÇÕES**: nº 405, do Vereador Engenheiro Agrônomo Jorge Setoguchi, indicando “maior sinalização e instalação de espelho convexo no cruzamento das ruas Padre José com Paissandu”; nº 407, do Vereador Professor Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino, indicando “concessão de cesta básica para os conselheiros tutelares”; nº 408, da Vereadora Dayane Amaro Costa, indicando “contratação de intérprete de libras para o evento “Virada Cultural”, bem como adaptações gerais de acessibilidade nos locais do evento”; nº 409, do Vereador Waldemar Marcurio Filho, indicando “colocação de lombadas ou depressões na Avenida Luiz Pilla, sentido Usina Esmeralda, Martim Francisco , e Rodovia Franco Montoro, sentido Jardim Planalto”; nº 410, do Vereador Daniel Gasparini dos Santos, indicando “campeonato esportivo entre as escolas da Rede Municipal de Ensino”; nºs 411 e 412, do Vereador Luís Roberto Tavares, indicando “demarcação de altura máxima para o Túnel Mário Covas; e demarcação nas ruas do bairro Eugênio Mazon, no CDHU – Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo”; nº 413 e 414, da Vereadora Daniela Dalben Mota, indicando “providências para a sinalização da rua do Tucura e da rua Santa Cruz”; nº 415, do Vereador Laércio Rocha Pires, indicando “mão dupla na rua do Mirante, em trecho entre as ruas Retirada da Laguna e Liberato Luiz Salvatto”; nº 416, do Vereador Daniel Gasparini dos Santos e Outro, indicando “que coloque em prática o ProUni Municipal, convênio com a Faculdade de Jaguariúna”. A seguir, o Senhor Presidente colocou à disposição dos Senhores Vereadores a seguinte **CORRESPONDÊNCIA**: Ofícios nºs 453 a 458, 460 a 476 e 479, datados de 8 a 10 de maio últimos, subscritos pelo Prefeito Municipal, “respondendo às proposituras desta Edilidade: Requerimentos: nº 180, do Vereador Marcos Bento Alves de Godoy; nº 255, do Vereador Professor Cinoê Duzo; nº 233, do Vereador Professor Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino; nº 237, da



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira; nº 260, do Vereador Engenheiro Agrônomo Jorge Setoguchi; nº 472, do Vereador Laércio Rocha Pires; nº 307, do Vereador Daniel Gasparini dos Santos. Indicações: nºs 94, 229, 276, do Vereador Professor Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino; nº 95, da Vereadora Dayane Amaro Costa; nº 218, do Vereador João Antonio Pires Gonçalves; nº 250, 312, 316, 323, 327, do Vereador Luís Roberto Tavares; nº 263, do Vereador Professor Cinoê Duzo; nº 272, da Vereadora Professora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti; nº 283, do Vereador Administrador Leonardo David Zaniboni; nº 290, do Vereador Marcos Bento Alves de Godoy; nº 330, do Vereador Professor Luiz Antônio Guarnieri; nº 340, do Vereador Engenheiro Agrônomo Jorge Setoguchi; (ao conhecimento dos Vereadores interessados). Ofício datado de 13.5.13, subscrito pelo Prefeito Municipal, “encaminhando o Balancete Trimestral do Fundo Municipal de Habitação, referente ao 4º trimestre de 2012, onde consta Carta de Ordem do Tribunal de Justiça, datado de 19.9.2012, ‘determinando o sequestro de rendas da Prefeitura, no valor de R\$ 1.284.322,12, relativa à sétima parcela vencida de precatório a favor de Irmãos Davoli S.A. Importação e Comércio’”; (arquite-se). Ofício nº 184, datado de 9.5.13, da Câmara de Amparo, SP, “enviando cópia de moção de repúdio contra a eutanásia, para apoio desta Edilidade”; (ao exame da Comissão de Justiça e Redação). Ofício nº 42, de 9.5.13, do Deputado Federal Vanderlei Macris, “respondendo sobre a instalação de novas unidades de PoupaTempo”; (arquite-se, após dar ciência ao Vereador Luís Roberto Tavares). Ofício nº 494, datado de 14.5.13, da Dirigente Regional de Ensino, Erin de Freitas Monte Claro Vasconcellos, “respondendo ao Requerimento nº 327/13”; (arquite-se, após dar ciência ao Vereador Luís Roberto Tavares). Em seguida, o Senhor presidente deu ciência de Edital, como segue: **“EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 3 (TRÊS) DE 2013,** “de Sessão Extraordinária”, VEREADOR BENEDITO JOSÉ DO COUTO, Presidente da Câmara Municipal de Mogi Mirim, Estado de São Paulo etc., no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 117 da Resolução nº 276, de 09 de novembro de 2010 (vigente Regimento Interno), **DECIDE** convocar **SESSÃO**



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

**EXTRAORDINÁRIA** da Câmara Municipal para o dia 20 de maio de 2013, segunda-feira, logo após o encerramento da 15ª (Décima Quinta) Sessão Ordinária, destinada na “Ordem do Dia” à discussão e votação da seguinte matéria: EM TURNO ÚNICO, “ex-vi” do disposto no § 1º, inciso I, do Artigo 171 do Regimento Interno: 1. Projeto de Lei nº 41 de 2013, de autoria do Prefeito Municipal, “dispondo sobre as áreas de uso comum do Loteamento denominado “Jardim Colina”, sua integração à categoria dos bens dominiais e sobre a outorga de concessão administrativa de uso e dando outras providências”. Parecer conjunto das Comissões de Justiça e Redação e de Obras, Serviços Públicos e Atividades Privadas. 2. Projeto de Lei nº 45 de 2013, de autoria do Prefeito Municipal “dispondo sobre alteração de dispositivos da Lei Municipal nº 5.261, de 4 de abril de 2012 que “autoriza o Município de Mogi Mirim, pelo Poder Executivo, a celebrar convênio com o Centro Comunitário Badi, para o fim que especifica e dando outras providências”. Parecer da Comissão de Justiça e Redação. Ficam pois, os(as) Senhores(as) Vereadores(as), notificados(as) da Sessão Extraordinária em questão, nos termos regimentais. Dado e passado nesta cidade, na Secretaria da Câmara Municipal, em 20 de maio de 2013. **VEREADOR BENEDITO JOSÉ DO COUTO, Presidente da Câmara.**” Esgotados os documentos e como não houvesse terminado o prazo reservado ao “Expediente”, o Senhor Presidente facultou o uso da tribuna aos oradores regularmente inscritos. A Vereadora Daniel Dalben Mota saudou os presentes e revelou que recebeu algumas denúncias e reclamações a respeito das obras de rebaixamento de guias e sarjetas e rampas para pessoas com deficiência. Disse que há muitos anos trabalhava com a acessibilidade e soube que algumas delas estavam coincidindo com a descida da água, gerando empoçamentos e problemas com dengue. Então, discutiu o problema com a Vereadora Dayane Amaro Costa e outros representantes e esperava que as providências e adequações fossem tomadas. Em seguida, a Vereadora Professora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti foi à tribuna para saudar os presentes e deixou registrado que tudo o que foi conversado no ano passado já estava sendo colocado em prática. Reuniu-se com os responsáveis e cobrou da Secretária Andrea Abbiati que colocasse em prática os



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

comprometimentos e projetos já estudados. Porém, nada havia de concreto sobre o aumento de salário das educadoras, equiparando ao plano Nacional, e ficou decidido que ela iria levar até o fim o assunto, juntamente com o Prefeito Luís Gustavo Antunes Stupp, no sentido de transformar as responsáveis pela creche em educadoras, mas a iniciativa é exclusiva do Prefeito, e não do Vereador. Então, coube a ela enviar a minuta do projeto para o Prefeito. Informou que haveria uma empresa que faria a reestruturação de cargos e carreiras e o estatuto dos profissionais do Cempi seriam enquadradas, cumprindo a promessa feita. Para finalizar, disse que ficou feliz de ter lido que o filho da Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros, João Manuel, será candidato a Prefeito na cidade de Mogi Mirim e acreditava ser um bom nome para suceder o Prefeito Luís Gustavo Antunes Stupp. O Vereador Administrador Leonardo David Zaniboni próximo orador inscrito, foi à tribuna para saudar os presentes e parabenizar os organizadores da Festa Della Mamma, que já pertencia ao calendário Estadual, e também à Feira da Fatec “De Portas Abertas”. Confessou que nunca havia estado naquela escola e que se surpreendeu com o trabalho daqueles educadores. Conheceu os laboratórios e o Diretor informou que tinha mais de R\$ 400 mil em máquinas paradas, que necessitavam um novo transformador na rua, que custava R\$ 10 mil. Então, não se sabia se a responsabilidade era do Estado ou do Município, mas iria buscar providências para a troca de tal transformador, para atender ao pedido dos alunos e diretores da Fatec. Em seguida, citou sobre o programa do Luciano Huck, que agraciou uma família no assentamento do Horto Vergel com benesses e todos ficaram sabendo que havia muitas pessoas interessadas em explorar a terra com plantações, ainda que com muita dificuldade. Posto isto, encerrou a sua participação. Em seguida o Vereador Waldemar Marcurio Filho foi à tribuna para saudar os presentes e reconheceu que os funcionários estavam sem aumento há tempos e disse que todos poderiam contar com ele para a causa. Em seguida citou que esteve na Irmandade da Santa Casa, respeitosa entidade, mas que houve descaso com os munícipes. Denunciou o Vereador Waldemar Marcurio Filho que o problema da Santa casa estava em alguns médicos. No sábado passado, três médicos deixaram de fazer o



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

trabalho por uma hora e meia para atender a irmã de uma médica que deu entrada na Santa Casa. Enquanto isso, a população ficou esperando os três médicos atenderem a irmã da médica. Os secretários disseram que havia 3 médicos para atender apenas 10 pessoas, e isso o deixou feliz, mas a população da sala de espera estava aumentando e os três médicos estavam enrolando e não estavam atendendo a população, porque estavam juntos, atendendo a irmã da médica. “Eu não uso do meu cargo em benefício próprio e de minha família. Não dou o direito a nenhum funcionário fazê-lo. Fiz ofício, porque quero abertura de sindicância e a punição de quem não trabalha.” – criticou o Vereador Waldemar Marcurio Filho, o qual disse estar infeliz e constrangido com o que houve na Irmandade da Santa Casa. Como a assistência tivesse se manifestado com palmas e aplausos, o Vereador Benedito José do Couto explicou à plateia que o Regimento Interno, pelo disposto no art. 18, V, b), não permitia que houvesse manifestação em apoio ou em desaprovação, após a fala do Vereador. O Vereador João Antônio Pires Gonçalves foi à tribuna, deu boa noite a todos e endossou as palavras do orador que o antecedeu no tocante ao mau serviço de alguns médicos de nosso Município: a falta de humanismo e a desídia de alguns profissionais da área médica. Em seguida disse ter recebido resposta do Prefeito Luís Gustavo Antunes Stupp, sobre a reforma da praça “9 de julho”, do *half*, que já teve início e deveria ser concluída em breve. Disse também que as ruas deveriam ser recapeadas em breve, porque a massa asfáltica já foi comprada e o Secretário de Obras deveria fazer o serviço em breve, porque as ruas estavam esburacadas, conforme todos viram nos jornais do fim de semana, onde estavam cobrindo com cimento os buracos das ruas. Para finalizar, disse aos funcionários públicos que poderiam contar com ele e todos os Vereadores, porque todos entendiam que devia haver aumento salarial para a classe, ainda que fosse inferior ao índice que estava sendo pedido. O Vereador Daniel Gasparini dos Santos desistiu de falar. Ato contínuo, discursou o Vereador Laércio Rocha Pires, que saudou os presentes e disse ter estado na Feira da Fatec, juntamente com outros Vereadores e soube que os professores ganhavam pouco e que não havia mesas suficientes para o refeitório dos alunos. Então, de nada adiantava ampliar o prédio, se não havia





## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

salários condizentes e alunos fazendo as refeições, sentados no chão. Desta forma, disse que todos poderiam contar com ele, em busca de melhores condições de trabalho, junto à Secretaria Estadual de Educação. Na sequência, discursou o Vereador Luís Roberto Tavares, que saudou os que estavam acomodados nas galerias, na maioria funcionários públicos, e disse que poderiam contar com a ajuda dele e de todos os Vereadores. Em seguida, disse que na próxima semana ele estaria em São Paulo, prestigiando o Prêmio Ana Nery, prêmio na área da Enfermagem, e ele foi agraciado com a comenda. Disse que foram lidos projetos de lei importantes, de sua autoria, ambos voltados ao combate à Hepatite Viral, e, como era voluntário de uma ONG, perdeu um amigo para a doença e todos corriam riscos de desenvolvê-la, e o trabalho de prevenção deveria ser otimizado. Disse ter feito reunião e soube que a Fatec iria ter o prédio duplicado, porque atende representantes de 80 cidades diferentes. A Fatec estava sob a direção de André Girardi e o ideal seria que eles tivessem Diretoria própria, fato importante para a cidade, porque o investimento seria de R\$ 4 milhões, metade financiada pelo Município. Comunicou que Felipe Duran dirigia a Etec e bem sabia que o prédio deveria sofrer reformas, porque havia paredes comprometidas. Assim, também deveriam ter o apoio Municipal para tudo o que necessitassem. Em seguida, discursou o Vereador Professor Luiz Antônio Guarnieri, que cumprimentou os presentes e parabenizou a direção da Fatec pela feira e a disponibilização da praça de alimentação pelo Lar São Francisco, que pode comercializar seus produtos e arrecadar fundos para seus projetos sociais. Em seguida, concordou com a Vereadora Daniela Dalben Mota sobre o trabalho no rebaixamento de calçadas e guias para acesso aos deficientes, mas deferiam ser feitos com melhor qualidade, porque o serviço estava deixando a desejar. Para ele, a melhor técnica deveria ser empregada, para justificar o uso do erário Municipal. Abordando outro tema, citou sobre a necessidade de um reajustamento salarial do empregado de todas as classes, em especial a do servidor público, porque, há três meses, houve um projeto de cargos comissionados votado pela Câmara, e deveriam ter pensado no reajuste naquela época. Indignou-se o Vereador Professor Luiz Antônio Guarnieri com a falta de planejamento, o que



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

comprometia o reajuste salarial e também o plano de carreira, porque os assuntos eram correlatos e o Sindicato dos Funcionários deveria se empenhar em combater esse abono ínfimo que estavam cogitando em aplicar no salário. A sua opinião é que o aumento salarial deveria estar incorporado no salário e o abono não o era; então, o problema do salário baixo iria continuar. Para finalizar, solicitou que todos cogitassem sobre o tema e avaliassem que o abono não iria bastar para resolver o problema. O Vereador Engenheiro Agrônomo Jorge Setoguchi dirigiu-se à tribuna para citar sobre sua Indicação a respeito da recuperação das estradas rurais, e o Secretário de Gestão Ambiental lhe passou o cronograma para as obras devidas e ele, orador, esperava que fossem feitas a contento. A seguir, o Senhor Presidente, Vereador Benedito José do Couto, solicitou ao Vice-Presidente, Vereador João Antonio Pires Gonçalves, que assumisse a direção dos trabalhos. Cumprindo o disposto no art. 21 do Regimento Interno, o Vice-Presidente no exercício da Presidência facultou o uso da palavra ao nobre Vereador Benedito José do Couto, que saudou os senhores Vereadores e agradeceu a colaboração da plateia para o seu pedido de não se pronunciar, após a fala dos Vereadores. Desde a gestão passada conhecia a reivindicação dos profissionais da Educação, ele sempre apoiou os pedidos da classe e sempre trabalharia e defenderia a causa, da melhor forma, junto ao Prefeito Luís Gustavo Antunes Stupp. Via que a equiparação salarial era de extrema importância e ele iria reforçar a luta dos profissionais da área da Educação. A Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros foi à tribuna para cumprimentar os presentes e dizer que as educadoras e as enfermeiras estavam presentes às galerias da Casa. Sobre a Fatec e Etec, disse que ambas pertenciam à Secretaria do Desenvolvimento, com orçamento ínfimo. Citou que a Professora Leila Feracioli Iazeta, hoje presente nas galerias, havia sido diretora da Etec e bem sabia que o orçamento era muito baixo. Sobre as enfermeiras, lembrou que a categoria foi penalizada em 2006, quando não recebeu o aumento salarial e o reenquadramento. Assim, a discussão deveria ser reaberta e imaginava que o Prefeito Luís Gustavo Antunes Stupp fosse um amigo do servidor, porque carregou o Presidente do Sindicato para todos os lados, mas o Prefeito não estava correspondendo ao que



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

havia pregado e os profissionais públicos estavam descontentes. Frisou que as enfermeiras não eram ouvidas e trabalharam mais que os médicos e o assunto deveria ser tratado com o máximo empenho. Assim, solicitou o apoio dos Vereadores para discutir melhor o reajuste ou o bônus que o Prefeito estava querendo instituir aos servidores. Ato contínuo, assumiu a tribuna o Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio, que saudou os presentes e reconheceu a complexidade relativa ao aumento salarial dos servidores. Realmente, estranhou a notícia do bônus, porque o percentual do reajuste deveria ser aplicado ao salário, e no índice não inferior ao da inflação. Sabia que administrar o Município era difícil, mas o Prefeito havia abordado o problema em campanha eleitoral e agora deveria cumprir o que prometeu. Também frisou que o Presidente do Sindicato não estava presente nas discussões e nem na sessão da Câmara de hoje, a exemplo do que fez na gestão Carlos Nelson Bueno. Assim, concitou a presença de Antônio Maciel na Câmara e em todas as discussões, ao lado dos servidores públicos, como fazia na gestão anterior, porque o Prefeito o carregou ao lado durante toda a campanha eleitoral e agora deveria cumprir as promessas de campanha. Por outro lado, conhecia bem os índices e limites os diplomas legais, e, se assim o era, o organograma deveria ter esperado outra oportunidade para ser votado, porque estava penalizando o funcionalismo público. Ato contínuo, assumiu a tribuna a Vereadora Dayane Amaro Costa, a qual agradeceu a presença dos servidores públicos e disse que apoiava a causa. Disse ter estado no Gabinete para conhecer o problema e soube que a economia feita no organograma serviria para premiar o funcionalismo público. Disse que o seu papel era buscar a resolução do problema e estava trabalhando para tal. Sobre as adequações para a acessibilidade, ela sempre lutou bravamente para a colocação de rampas e sua opinião sobre as rampas em construção e, na condição de cadeirante, fez testes *in loco* e anunciou o resultado aos Vereadores e à população: ela, Vereadora Dayane Amaro Costa conseguiu descer e subir as rampas que estavam sendo construídas com facilidade, e isso nunca lhe havia ocorrido. Assim, concordava com a melhoria nas calçadas e no asfalto, trabalho que estava sendo feito nas últimas semanas em toda a cidade, o que merecia seus



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

elogios sinceros. Disse que esteve na palestra organizada pelo Centro de Documentação “Joaquim Firmino de Araújo Cunha” e foi enriquecedor conhecer a história mogimiriana e seu valor perante outras cidades e era a favor da preservação do patrimônio histórico e os vereadores deveriam fazer programas para conscientizar crianças para preservar, restaurar e mobilizar o antigo. Abordando outro assunto, disse que havia pedido a instalação de uma torneira para o campo de futebol e o Saae - Serviço Autônomo de Água e Esgotos já fez o trabalho de instalação da torneira, pelo que agradeceu. Na sequência, discursou o Vereador Professor Cinoê Duzo, que saudou os presentes e lembrou que o Prefeito Luís Gustavo Antunes Stupp dizia que a cidade era feita de pessoas. Como ele não atendeu aos servidores públicos, deduzia-se que o Prefeito os via como robôs, porque a postura do Prefeito era vergonhosa e agia conforme lhe conviesse. Assim, entendeu a pressa ao aprovar o organograma com aumento para Secretários e Gerentes e não premiar os servidores públicos com aumento. O Vereador Professor Cinoê Duzo disse que não concordava com os gastos do Prefeito Luís Gustavo Antunes Stupp no aluguel de prédio para gabinete, outro imóvel para a Saúde e nada estava sendo feito para os servidores públicos. Também notou a ausência do Presidente do Sindicato, Antônio Maciel, em defesa de seus sindicalizados e que ele deveria lutar pelas promessas de campanha do Prefeito: o reconhecimento do funcionalismo público. Em seguida, o Vereador Professor Cinoê Duzo disse que o Prefeito não estava recebendo os Munícipes e que ele não reconhecia a importância do trabalho do servidor público. Dando continuidade, o Vereador Administrador Leonardo David Zaniboni assumiu a tribuna como Líder e repassou a palavra à sua liderada, a Vereadora Professora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti. O Presidente anuiu e, já da tribuna, ela defendeu o Prefeito Luís Gustavo Antunes Stupp, como funcionária Municipal há 27 anos e bem se lembrava de que há três anos, o Prefeito Carlos Nelson não concedeu aumento e foi reeleito para o cargo com 70% de aprovação popular, e ele havia retirado os biênios, quinquênios e o prêmio de assiduidade dos funcionários, no período pré-eleitoral. Salientou que o Prefeito Luís Gustavo Antunes Stupp estava se voltando aos funcionários e nesse momento os presentes vaiaram com fervor a Vereadora Professora



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Márcia Róttoli de Oliveira Masotti. O Presidente interveio para pedir silêncio da assistência e ameaçou suspender os trabalhos. A Vereadora Professora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti retomou o seu discurso e disse que esperava tal reação dos presentes, porque o funcionalismo não havia sido informado sobre os verdadeiros motivos e a forma com que seria feito. Em seguida, alfinetou que não precisava da graça de aplausos e ovações para trabalhar como Vereadora e frisou que o Prefeito Luís Gustavo Antunes Stupp estava fazendo um trabalho sério, reorganizando os funcionários, através dos estudos de uma empresa que já estava trabalhando no projeto, com a incorporação do abono e isso só poderia ser concedido porque o organograma economizou verba, justamente para que isso ocorresse. Porém, a Prefeitura apresentou orçamento inferior ao que foi prometido na transição e o desejo do Prefeito era dar um aumento digno ao funcionalismo, mas não pode fazê-lo, porque a nova gestão assumiu a Prefeitura com o orçamento comprometido por dívidas da gestão anterior. A Vereadora Professora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti disse que também era funcionária, estava decepcionada por não ter aumento salarial, porque vivia de seu salário. Neste instante, sofreu nova saraivada de vaias dos presentes, além de acusações em voz alta de um munícipe das galerias, que usou o termo “*Demagoga!*” e outra munícipe que se manifestou com “*Dá o seu salário para mim!*”. A Vereadora Professora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti respondeu à munícipe que lhe pediu o seu salário: “Eu estudei e trabalhei para ter o meu salário; sugiro que você faça o mesmo: trabalhe, estude e tenha uma carreira em sua vida.” Tal discussão fez com que o Presidente avocasse o art. 18, V, b) e suspendesse a sessão às 20h05, reabrindo-a momentos depois e concedendo a palavra à Vereadora Professora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti. Ela continuou a sua preleção, desta forma: “Sei que quando não é falado o que a pessoa espera, a população tem esse sentimento de revolta, e espero que, daqui a um ano, esse mesmo pessoal volte à sessão de Câmara para ouvir a opinião a respeito do Prefeito Luís Gustavo Antunes Stupp”. Assim dito, encerrou a sua participação. Nesse momento, ouviram-se novas vaias da assistência. A Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira foi à tribuna para solicitar que fosse colocada em



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

votação a alteração da “Tribuna Livre” para o “Expediente”; (posto em votação, foi aprovado por unanimidade o pedido da nobre Vereadora; realize-se neste instante a Tribuna Livre). Cumprindo o dispositivo do art. 37 da LOM, combinado com o art. 226 da Resolução nº 276, de 9.11.10, o Senhor Presidente deu ciência aos Senhores Vereadores que havia uma inscrição para uso da “**TRIBUNA LIVRE**” nesta noite, com a apresentação da Senhora Rosângela Maria Maneira, representante das Auxiliares de Creche, para falar sobre a reorganização administrativa dos Cempis, cujo discurso ficou gravado em fita própria, à disposição dos interessados por 30 dias. Em seguida, o Senhor Presidente suspendeu a Sessão às 20h55, conforme o disposto no art. 105 da Resolução nº 276/10 (Regimento Interno vigente). Decorrido o interstício regimental de cinco minutos a que se refere o citado dispositivo e depois de nova chamada nominal dos Senhores Vereadores, conforme o disposto no art. 112, § 1º, da já citada Resolução, ao fim da qual se constatou a totalidade dos membros da Casa, o Senhor Presidente deu por iniciados os trabalhos da “**ORDEM DO DIA**”, submetendo à apreciação da Casa o que segue: **EM TURNO ÚNICO: “ex-vi” do disposto no § 1º, inciso I, do Artigo 171 do Regimento Interno:** 1. Projeto de Lei nº 34 de 2013, de autoria do Executivo Municipal “dispondo sobre abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 378.000,00”. Parecer conjunto das Comissões de Justiça e Redação; Finanças e Orçamento e de Educação, Saúde e Assistência Social. (Posto a votos pelo processo simbólico, a Casa aprovou, por unanimidade dos Vereadores, o Projeto de Lei nº 34, de 2013, do Senhor Prefeito, em Turno Único); (encaminhe-se o autógrafo ao Executivo, para fins de sanção e promulgação, nos termos regimentais do art. 190). 2. Projeto de Lei nº 36 de 2013, de autoria do Executivo Municipal “dispondo sobre abertura de crédito adicional especial no valor de R\$ 121.192,39”. Parecer conjunto das Comissões de Justiça e Redação; Finanças e Orçamento e de Educação, Saúde e Assistência Social. (Posto a votos pelo processo simbólico, a Casa aprovou, por unanimidade dos Vereadores, o Projeto de Lei nº 36, de 2013, do Senhor Prefeito, em Turno Único); (encaminhe-se o autógrafo ao Executivo, para fins de sanção e promulgação, nos termos regimentais do art. 190). **“ex-vi” do**



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

**disposto no § 2º, inciso I, do Artigo 171 do Regimento Interno: 3.** Requerimento nº 357/2013, de iniciativa do Vereador Luís Roberto Tavares “requerendo a prorrogação do prazo de estudos da Comissão Especial de Fiscalização e Acompanhamento do processo de Regularização de Loteamentos Irregulares e Clandestinos de Mogi Mirim, por mais 180 dias, contados a partir de 15 de maio de 2013”. Para discussão a pedido da Vereadora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti, a qual foi à tribuna para esclarecer que gostaria de incluir outros Vereadores na citada comissão, que já estava com os trabalhos avançados. Explicou que havia um projeto de Resolução para que a comissão especial fosse composta por um representante de cada partido. Este projeto estava em tramitação na Casa e esperava que todos pudessem participar. Lembrou que, em outra ocasião, o juiz a questionou sobre a falta de representação partidária na comissão da Saúde do ano passado, e resolveu protocolar o projeto modificativo, para que os dez partidos tivessem a devida representatividade nas comissões. A Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros protestou contra a nomeação da comissão em tela, porque não se respeitou a democracia e que o assunto foi mal conduzido pelo Presidente, Vereador Benedito José do Couto, que nomeou os membros na calada da noite. Soube mais, que embora o Presidente da Comissão fosse de seu Partido, o PSDB, que o assunto não foi ventilado dentro do seu partido e se sentiu excluída. Assim, pediu a suspensão dos trabalhos para reunir-se com Vereadores de seu partido, ao final da discussão deste item. O Vereador Laércio Rocha Pires foi à tribuna para parabenizar a Vereadora Professora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti pela atitude, mas discordava das críticas feitas ao Presidente, porque o Vereador estava livre para trabalhar no assunto, independente de estar ou não nomeado em uma comissão. Disse que não estava para brincadeiras, e que o Vereador Administrador Leonardo David Zaniboni não fazia parte da Comissão, mas estava trabalhando em prol do assunto. Assim, concitou os Vereadores a aprovar a prorrogação de prazo para a Comissão de fiscalização e acompanhamento do processo de regularização de loteamentos irregulares e clandestinos de Mogi Mirim. O Vereador João Antonio Pires Gonçalves se dirigiu à Vereadora Professora Maria Helena



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

Scudeler de Barros para dizer que não entendia o porquê de tantas ofensas ao Presidente, que naquele momento não seria propício para reunir-se com o seu partido e ainda menos suspender a sessão para tirar satisfações de seu colega Vereador Luís Roberto Tavares, porque este era o Presidente da Comissão, pertencente ao partido da Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros, o PSDB e que não cabiam críticas ao Presidente da Câmara, Vereador Benedito José do Couto. Avisou que se o Presidente pedisse a suspensão dos trabalhos para a Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros fazer reunião do PSDB, ele votaria contra. Em seguida, assumiu a tribuna o Vereador Luís Roberto Tavares, que falou da importância da Comissão que presidia e pediu a prorrogação para outros seis meses. Salientou que a nomeação da Comissão não foi feita na calada da noite, e que questões partidárias não deveriam ser discutidas agora, e que não era hora de ‘lavar a roupa suja’. Então, colocou-se à disposição de todos os membros do seu partido, em reunião a ser agendada para outra hora e local, e não no plenário da Casa. Por fim, disse que alguns procedimentos atrasaram os trabalhos da Comissão e referiu-se aos Vereadores com a seguinte fala: “Se Vossas Senhorias sabem da importância desta Comissão, por favor, não atrapalhem!” O Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio foi à tribuna para salientar que havia conflito entre os diplomas legais – LOM e Regimento Interno – e disse à Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros que o Presidente havia seguido o Regimento Interno e nomeou três Vereadores. Para ele, o que existia era um melindre em querer ser “o pai da criança”, porque os trabalhos da Comissão estavam indo muito bem. Para ele, por cortesia e gentileza dentro de seu partido, o PSDB, todos os Vereadores deveriam ser comunicados se queriam ou não participar das Comissões. O Vereador Waldemar Marcurio Filho disse não concordar com a discussão entre membros do partido em hora de sessão. Disse que gostaria de fazer parte na comissão, como representante do PT, seu partido, porque era seu intento tentar resolver um problema de interesse público, porque também era proprietário de terrenos no Parque das Laranjeiras e queria ver a situação regularizada para todos os proprietários. O Vereador Daniel Gasparini dos Santos respondeu à Vereadora Professora Maria





## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Helena Scudeler de Barros para prestar atenção nos discursos, porque o Vereador Luís Roberto Tavares havia usado da tribuna para convidar todos os Vereadores para compor a comissão. O Vereador Administrador Leonardo David Zaniboni repassou a tribuna para sua liderada, Vereadora Professora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti, que não concordava que seu procedimento em adiar o requerimento havia atrasado os trabalhos da Comissão, como havia dito o Vereador Luís Roberto Tavares. Ela acreditava na democracia e nos debates e isso seria conseguido se fosse respeitada a representatividade partidária. Por fim, disse que não se satisfazia com a nomeação de apenas três Vereadores pelo Presidente e, a partir de agora, tudo seria resolvido e, para ela, bastava de polêmica. O Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio foi à tribuna para repassá-la à Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros, sua liderada, que se referiu ao Vereador Waldemar Marcurio Filho que todos os assuntos da tribuna eram sérios e admitiu que os problemas partidários deveriam ser resolvidos na Bancada. Porém, acusou o Vereador Luís Roberto Tavares de não ter a gentileza de convidar seus pares de partido. Revelou que não iria participar, porque sabia que era uma luta do Vereador Luís Roberto Tavares, mas resumiu: “Ninguém tem curral eleitoral nessa cidade, ninguém é dono do Parque das Laranjeiras ou do centro. Essa nomeação não tem legitimidade para mim, e o Presidente não foi correto ao nomeá-la.” O Vereador Professor Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino, como líder, pediu para o tempo ser repassado ao seu liderado, Vereador Laércio Rocha Pires, que salientou que o convite foi feito a todos e, como ninguém se manifestou, o Presidente nomeou os que quiseram participar, e que não havia nenhum culpado nessa questão. Em seguida agradeceu ao filho de Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros, João Manuel, que estava dando muita força na Secretaria de Habitação, e repetiu que o convite foi feito a todos os Vereadores, e que o Presidente não agiu mal. (Posto a votos, o Requerimento nº 357/13, do Vereador Luís Roberto Tavares, este foi aprovado por unanimidade); (Prorroque-se o prazo, como pede). **EM PRIMEIRO TURNO: “ex-vi” do disposto no inciso I, do Artigo 172 do Regimento Interno: 4. Projeto de Lei nº 12, de 2013, de autoria do Vereador Manoel Eduardo Pereira da**



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Cruz Palomino “dispondo sobre a colocação obrigatória de cinzeiros para descarte de resíduos decorrentes do uso de produtos fumígenos, derivados ou não do tabaco em restaurantes, lanchonetes, bares, boates e afins, e dando outras providências”. Pareceres das Comissões de Justiça e Redação; Obras, Serviços Públicos e Atividades Privadas e de Finanças e Orçamento. (Posto a votos pelo processo simbólico, a Casa aprovou, por unanimidade dos Vereadores, o Projeto de Lei nº 12, de 2013, do Vereador Professor Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino, em Primeiro Turno); (encaminhe-se o projeto para a “Ordem do Dia” da próxima sessão, para discussão e votação). Finda a pauta constante da "Ordem do Dia", o Senhor Presidente passou, desde logo, à parte dos trabalhos reservada à "**EXPLICAÇÃO PESSOAL**", conforme determina os arts. 114 e 115 da Resolução 276/10 (Regimento Interno vigente). A primeira oradora regularmente inscrita e interessada em discursar, Vereadora Dayane Amaro Costa, destacou sobre a sua insatisfação com os frequentadores da Câmara, porque eles foram embora assim que se esgotou o tema que lhes era interessante. Isso deveria ser mudado e os cidadãos deveriam ser educados para acompanhar todos os assuntos e não só o que lhes conviessem. Em seguida, disse que pleiteou as adequações para acessibilidade e também um tradutor de libras para o evento denominado “Virada Cultural” e iria cobrar pela excelência dos serviços aos portadores de deficiência. Na sequência, o Vereador Waldemar Marcurio Filho citou sobre a sua viagem a Brasília, em companhia do Vereador Professor Luiz Antônio Guarnieri, a convite do Executivo, para tratar das condições das UBSs da cidade. Disse que encontrou-se com o Senhor José Mauro, assessor direto da Presidente Dilma Houssef e também dos assessores dos Gabinetes do Senador José Pimentel e dos Deputados Nelson Marquezelli Ricardo Berzoini e Paulo Teixeira. Independente da bancada do PT, ele buscou recursos em outras bancadas, com vistas a trazer recursos para os municípios e, no ano vindouro, todos os políticos iria querer apoio e fortalecimento em suas bancadas na Assembleia Legislativa, na Câmara Federal e no Senado. Disse que esteve em Brasília no dia em que estava sendo votada a emenda dos portos e, como a visita foi boa, iria voltar em breve, para obter recursos em prol da comunidade mogimiriana.



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

Esclareceu que ele, Vereador Waldemar Marcurio Filho e o Vereador Professor Luiz Antônio Guarnieri não foram cassados, conforme boato que estava sendo ventilado pela manhã. Lembrou que os Poderes eram harmônicos entre si. Para finalizar, o Vereador Waldemar Marcurio Filho citou a respeito do seu requerimento aprovado em outra sessão, que versa sobre a organização de um espaço cultural no Distrito de Martim Francisco e a funcionária da Câmara, Rosana Julia Megiatto Bronzatto de Azevedo intermediou tratativas junto à família dos saudosos Doutor Décio e Raquel Mariotoni, para destinar o acervo de 4.000 livros, com estantes em vidro e alumínio, para o espaço cultural a ser organizado naquele distrito. Para tanto, agradeceu o empenho da funcionária Rosana Bronzatto de Azevedo e a boa vontade da família do saudoso Doutor Décio Mariotoni. Em seguida, assumiu a tribuna o Vereador Luís Roberto Tavares, o qual solicitou que fosse feito o recapeamento em todo o bairro Chácaras Ipê, porque o asfalto estava se soltando e necessitava de recapeamento total. Em seguida, desculpou-se pelo ocorrido mais cedo na sessão e salientou que os problemas com os membros de seu partido, o PSDB ele gostaria de resolver em reunião a ser agendada, e não na hora da sessão de Câmara, dentro do plenário. Quanto à Comissão de Habitação, agradeceu a prorrogação do prazo, porque os trabalhos estavam saindo a contento e tudo iria dar certo. Disse ainda que na Segunda Sessão Ordinária, ele, Vereador Luís Roberto Tavares, veio à tribuna para convidar todos os Vereadores para compor a comissão que estava prestes a ter seus membros nomeados, e que poderia provar isso à Vereadora que cometeu injustiça ao Presidente e a ele próprio, Vereador Luís Roberto Tavares, já que a nomeação não foi feita na calada da noite. Ainda sobre o tema, o Vereador Luís Roberto Tavares disse que relatou todos os atos da Comissão em tribuna e não escondeu nada de ninguém, oferecendo, inclusive, a oportunidade e o convite para que todos os Vereadores que o quisessem acompanhar nas visitas pelos bairros, que se manifestassem. Com tudo isso, deixou provado que ele, Vereador Luís Roberto Tavares, tinha uma grande participação na regularização dos loteamentos e que havia Vereadores e Vereadoras que nunca trabalharam nisso, mas que hoje podiam constatar até onde se podia chegar para obter sucesso com as



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

regularizações. Posto isto, encerrou a sua participação na tribuna. O Vereador Daniel Gasparini dos Santos voltou à tribuna para comentar que conseguiu uma parceria entre a Gerência de Acessibilidade e o Clube Mogiano e o projeto iria começar a colher frutos. A Vereadora Dayane Amaro Costa e a Gerência de Acessibilidade também participarão do projeto e haveria demonstração nas modalidades vôlei, basquete e natação, faltando apenas determinar a data para o evento. Abordando outro assunto, disse ter ido à Faculdade de Jaguariúna, onde deveria haver uma parceria do Município com a faculdade, para que haja mais oportunidades para alunos carentes, onde a Prefeitura bancaria 35%, a faculdade mais 35% e o aluno ficaria com o restante da dívida, algo em torno de R\$ 200. Assim, esse tipo de investimento deveria ser incentivado, porque os trabalhadores deveriam ser qualificados e o sistema ProUni deveria ser aprovado no Município. Em seguida, o Vereador Laércio Rocha Pires foi à tribuna para alertar: Há colegas Vereadores que fazem cortesia com o chapéu de outros Vereadores nas proposituras. O trabalho do Vereador é igual azeitona na boca de banguela pra aparecer, sob pena de não aparecer.” – conforme suas palavras. Para ele, a população usava o Facebook e as redes sociais para aparecer em cima do Vereador, porque tanto enaltecia como enterrava uma pessoa. “Tomei tanta pancada no Facebook, e o pau quebrou. Muita mentira, tomar cuidado, porque Facebook é o bicho, e não tenho medo. Tem que encarar!” – avisou o Vereador Laércio Rocha Pires. O Vereador Professor Luiz Antônio Guarnieri foi à tribuna para mencionar sobre o projeto do Conselho da Criança e Adolescente e a verba maior destinada para o ICA, que não dava para ele compreender de onde era oriunda, porque havia verba particular direcionada para as entidades. O projeto acabou sendo retirado e ele foi se consultar com a Doutora Adalgisa Cani, que concordou com ele, Vereador Professor Luiz Antônio Guarnieri, que havia pontos errados no projeto, e que faria a indicação para que o Executivo pudesse refazê-lo. Nesse instante, o Vereador Professor Luiz Antônio Guarnieri fez conversas paralelas com a Vereadora Professora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti e o Vereador João Antonio Pires Gonçalves sobre o assunto. Finda a discussão, esclareceu que foi a Brasília em companhia do Prefeito e de



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

membros do Governo Municipal e o seu pensamento é defender o bem comum e o interesse público, independente das críticas. Disse que manteve contato em diferentes gabinetes partidários e era importante começar a aprender como funcionavam os projetos em Brasília. Posto isto, encerrou a sua participação. Os Vereadores Engenheiro Agrônomo Jorge Setoguchi e Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros desistiram de falar. O Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio foi à tribuna para comentar sobre a viagem do Vereador Professor Luiz Antônio Guarnieri e do Vereador Waldemar Marcurio Filho que visitaram o gabinete do Deputado Nelson Marchezelli em Brasília. Isso serviu para dar relevo ao fato de que a política Municipal funcionava diferente daquela praticada em outros níveis, porque o Assessor de Bancada Nelson Victal do Prado Júnior, do PSDB, agendou a visita de Vereadores do PT no Gabinete do Deputado Federal do PTB em Brasília. Isso era uma amostra do trabalho sério feito em Mogi Mirim, independente da situação partidária, porque o mais importante eram as verbas que deveriam ser direcionadas para o Município. Em seguida, assumiu a tribuna o Vereador Professor Cinoê Duzo que ironizou sobre o uso de cimento para reparar a camada asfáltica na cidade, e complementou: “Deve haver algum convênio do Município com a Votorantim!”. Como não houvesse mais oradores inscritos para falar em “Explicação Pessoal” e nada mais havendo a ser tratado, o Senhor Presidente, Vereador Benedito José do Couto, agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, encerrou os trabalhos da presente sessão às 21h55 do que, para constar, determinou a lavratura da presente Ata, a qual, depois de achada conforme, discutida e aprovada vai, a seguir, devidamente assinada.

RJMB de A